

SUMÁRIO

<i>APRESENTAÇÃO</i>	V
<i>PREFÁCIO</i>	VII
<i>SOBRE OS AUTORES</i>	IX
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS: IMPEACHMENT	19
2.1. Origem do Instituto	19
2.2. Breve Histórico	28
3. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA.....	31
3.1. Conceito	31
3.2. Natureza Jurídica	33
3.3. O Impeachment e o princípio Republicano	48
3.3.1. Impeachment e Improbidade Administrativa	52
3.3.2. Impeachment como instrumento de correção.....	54
3.3.3. Atuação da Corte Constitucional no processo de impeachment	56
4. O IMPEACHMENT DOS GOVERNADORES.....	65
4.1. Considerações iniciais	65
4.2. A simetria do Processo de Impeachment de Governador de Estado e Presidente da República.....	75
4.3. O órgão competente para julgar o processo de Impeachment	79
4.4. Aplicação subsidiária das regras processuais.....	91
4.5. O Rito	98

5. DO PROCEDIMENTO JUNTO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	115
5.1. Do Procedimento na Assembleia Legislativa.....	115
5.2. O quórum para deliberação	122
5.3. Das votações abertas.....	123
6. DA FORMAÇÃO DO TRIBUNAL ESPECIAL MISTO	125
7. O PROCEDIMENTO A SER SEGUIDO: UMA SUGESTÃO DE LEGE FERENDA.....	133
8. QUESTÕES POLÊMICAS.....	149
8.1. Da Defesa Preliminar	149
8.2. Do Afastamento do Governador do Estado	158
8.3. Redução do subsídio e afastamento da residência oficial.....	161
9. DO CONTROLE JUDICIÁRIO DO PROCESSO DE IMPEACHMENT	165
10. BREVES COMENTÁRIOS AO PROJETO DE LEI Nº 1.388/2023 ...	173
10.1. Da gênese do Projeto de Lei	174
10.2. Ampliação das autoridades sujeitas ao processo de impeachment.....	175
10.3. Da tipificação das condutas.....	177
10.4. Do processo	179
10.5. Da abertura do Processo.....	181
10.6. O afastamento da autoridade no processo de impeachment.....	182
10.7. Das provas.....	183
10.8. Da pronúncia.....	183
10.9. Das Sanções.....	184

10.10. Tabela dos Principais Pontos do Projeto de Lei	186
10.11. Síntese conclusiva.....	187
11. CONCLUSÃO	191
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	195